▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE – PR.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 89/2022

PROTOCOLO 42527/2022

Processo Administrativo nº. 198/2022

SATÉLITE PROMOÇÕES E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.927.075/0001-36, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem tempestivamente, conforme permitido no Item 15.5 do Edital c/c art. 44, §2º do Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica, à presença de Vossa Senhoria a fim de apresentar

CONTRARRAZÕES

aos recursos administrativos interpostos pelas empresas ANDREIA DE SOUZA R ALVES EVENTOS, inscrita no CNPJ: 25.237.379/0001-89 e SEMPRE COMERCIAL E LICITAÇÕES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 18.327.901/0001-58, aduzindo para tanto os termos que seguem.

I- DA TEMPESTIVIDADE

As presentes contrarrazões são plenamente tempestivas, uma vez que o prazo para protocolar contrarrazões é de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, conforme Item 15.5 do Edital c/c art. 44, §2º do Decreto 10.024/2019.

O edital de licitação estabelece no item 15.5 o prazo para a contrarrazões, conforme se transcreve:

15.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendolhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Em face do exposto, as presentes contrarrazões devem ser consideradas plenamente tempestivas.

II- DOS FATOS E DAS CONTRARRAZÕES

Cuida-se de procedimento licitatório por meio do qual a Eg. Prefeitura Municipal objetiva a "Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de "ARBRITAGENS", conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude".

Após a conclusão da fase de lances, esta Recorrida sagrou-se vencedora do certame.

A RECORRIDA (Satélite Promoções e Comércio Ltda) é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta totalmente de acordo com o edital, apresentando seu melhor preço, que foi prontamente aceito por essa Administração.

Entretanto, as recorrentes com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentaram recursos absurdos, demasiadamente desconsideradores dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Nobre Pregoeiro, as recorrentes alegaram "excesso de formalismo" e "tratamento desigual para com as licitantes", contudo, se esquivaram de dizer que foram elas mesmas que desatenderam ao edital. O instrumento convocatório foi claro ao determinar prazos de manifestações, inserção de propostas e documentos (Item 12).

Em suma, as duas recorrentes se esqueceram do princípio Nemo auditur propriam turpitudinem allegans, ou seja, "ninguém pode se beneficiar da própria torpeza". Isso quer dizer o seguinte: as recorrentes perderam o prazo já previsto no edital (Item 12.2) e agora vêm alegar formalismo exagerado por parte do pregoeiro.

Em uma definição bem singela, pode-se dizer que o princípio "ninguém pode se beneficiar da própria torpeza" refere-se à questão de que nenhuma pessoa pode fazer algo incorreto e/ou em desacordo com as normas legais e depois alegar tal conduta em proveito próprio. As recorrentes agiram em desacordo com o edital, não cabe agora alegar formalismo por parte do pregoeiro.

As recorrentes também se esqueceram de outro importante princípio no direito brasileiro: "O direito não socorre aos que dormem".

"O direito não socorre aos que dormem" é uma expressão que vem do latim "Dormientibus Non Succurrit Ius".

Este brocardo jurídico diz que para exercer, buscar, proteger, ou reparar um direito é preciso respeitar o tempo. Depois de um certo período os direitos deixam de ser exigíveis ou mesmo podem não mais existir.

Em regra, existe um tempo certo para todos exercerem direitos. Ou seja, não importa quem tem o direito: é preciso agir. O edital previu o tempo certo para agir, o pregoeiro determinou em conformidade com o edital o tempo certo para agir, se as recorrentes não agiram dentro do tempo certo, é como se tivessem dormido, nesse caso, não haverá direito que a socorram, pois, o direito não socorre aos que dormem.

A ideia do legislador ao criar esse princípio foi não tornar alguém eternamente devedor e preso a alguém, caso este não se mova para que se resguarde seu direito. As recorrentes queriam que o pregoeiro ficasse á disposição delas a vida toda?! Impensável isso.

III- DO DIREITO

A Lei de Licitações (8.666/93) traz em seu artigo 41 o que foi denominado princípio da vinculação ao edital:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

O edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame. Foi o que decidiu Tribunal Regional Federal da 5ª Região:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. VINCULAÇÃO AO EDITAL. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O edital é lei entre as partes e obriga tanto a Administração quanto os candidatos à sua estrita observância. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.059 - CE).

No presente certame, o Pregoeiro respeitou o edital, atitude correta, portanto, irretocável!

IV- DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

a) que as presentes Contrarrrazões sejam julgadas totalmente procedentes para a devida e justificada declaração da empresa SATÉLITE PROMOÇÕES E COMÉRCIO LTDA como vencedora do certame, pois, demonstrou atender todos os quesitos do Edital, assim como, respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos;

b) Que os recursos administrativos apresentados pelas licitantes recorrentes, ANDREIA DE SOUZA R ALVES EVENTOS e SEMPRE COMERCIAL E LICITAÇÕES EIRELI-ME, sejam julgados improcedentes, pois, carecem de argumentos jurídicos, comprovando que simplesmente buscaram protelar o andamento do pregão;

c) Apenas pelo princípio da eventualidade, caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que as presentes contrarrrazões sejam submetidas à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Brasília/DF, 17 de outubro de 2022.

SATELITE PROMOÇÕES E COMERCIO EIRELI
CNPJ: 05.927.075/0001-36
Representante legal: LINDOMAR DANTAS DE SOUSA
CPF: 477.028.933-20

Fechar